



Tornar o financiamento benéfico para os povos e o planeta

Como estão os países a construir o seu
ecossistema financeiro sustentável
através de quadros de financiamento
nacional integrados

Resumo executivo

Tornar o financiamento benéfico para os povos e o planeta

Como estão os países a construir
o seu ecossistema financeiro
sustentável através de quadros de
financiamento nacional integrados

Resumo executivo



Funded by the
European Union



Ministry of Foreign Affairs
and International Cooperation



O INFF Facility é uma emblemática iniciativa conjunta do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Departamento de Assuntos Sociais e Económicos das Nações Unidas (UN DESA), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos (OCDE), da União Europeia (UE) e dos Governos de Itália, Espanha e Suécia.

Resumo executivo

O sistema financeiro global está profundamente desalinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com os quais os países e a comunidade global se comprometeram.

A Agenda 2030, o Acordo de Paris e o Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal estabelecem ambições de desenvolvimento sustentável para os povos, o planeta e a prosperidade. Uma afetação anual de apenas 1% dos 430 bilhões de USD do capital global total supriria a lacuna financeira dos ODS. Contudo, na atual arquitetura financeira internacional, este capital não é afeto aos contextos e investimentos em que é necessário. À escala dos países, os investimentos e a subsídio dos combustíveis fósseis e outras atividades nocivas continuam a crescer.

O Secretário-Geral das Nações Unidas destacou a reforma da arquitetura financeira como um “fator revolucionário na aceleração do progresso dos ODS”. O plano de implementação de Sharm El-Sheikh, acordado na vigésima sétima Conferência das Partes (COP27) reconheceu a necessidade de “transformação do sistema financeiro e dos seus processos e estruturas”.¹ E o Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal expressa a necessidade de “aumentar substancial e progressivamente o nível de recursos financeiros de todas as fontes”.²

As decisões a tomar ao longo de 2024 e 2025 oferecem oportunidades cruciais para reconfigurar o sistema financeiro no sentido de um melhor alinhamento com estas necessidades. A Cimeira do Futuro, em setembro de 2024, centrar-se-á nas transformações necessárias para alcançar os ODS, com especial incidência de atenções na reforma da arquitetura financeira internacional. Em junho de 2025, a Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4), em Espanha, também se centrará na reforma da arquitetura financeira e proporcionará uma oportunidade para atualizar compromissos de financiamento às escalas

nacional e internacional. A COP29, a realizar este ano no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, centrar-se-á no financiamento, incluindo o acordo sobre um novo objetivo coletivo quantificado para o financiamento climático, antes de os países apresentarem as suas contribuições determinadas nacionalmente (CDN), revistas e mais ambiciosas, na COP30 do próximo ano.

Em termos internacionais, estes processos políticos e pontos de decisão oferecem momentos importantes para o progresso na resolução da crise da dívida, na reforma e nas injeções de liquidez dos bancos multilaterais de desenvolvimento, na transição verde justa e na expansão do financiamento ao desenvolvimento sustentável, incluindo o apelo do Secretário-Geral das Nações Unidas para um estímulo dos ODS a fim de aumentar o financiamento acessível a longo prazo em 500 mil milhões de USD por ano.³

Às escalas nacional e subnacional, a reforma do ecossistema financeiro também está a avançar. É nesses níveis que a expansão do financiamento ao desenvolvimento deve converter-se em investimentos e despesas que promovam o progresso do desenvolvimento sustentável. As medidas podem ser facilitadas ou limitadas pelo sistema internacional, mas os governos não esperam que a reforma internacional fique concluída antes de eles próprios instigarem a mudança; e são essa ambição e esse progresso que devem inspirar reformas aceleradas também à escala internacional.

Em 2015, os Estados-membros das Nações Unidas introduziram o conceito de quadros de financiamento nacionais integrados (INFF, ou integrated national financing frameworks) para apoiar os planos nacionais de desenvolvimento sustentável na Agenda de Ação de Adis Abeba (AAAA).⁴ Esses INFF foram concebidos para congregar políticas e instituições nas sete áreas de ação da AAAA à escala nacional.⁵



“As reformas que procuramos na arquitetura global terão o maior impacto quando acompanhadas por políticas de financiamento nacionais robustecidas através dos INFF”

Wale Edun, Ilustre Ministro das Finanças e Ministro Coordenador da Economia, Nigéria



Até à data, mais de 85 países estão a aplicar a abordagem por INFF a fim de reforçar o financiamento para o desenvolvimento sustentável à escala nacional. Tais processos conduzidos pelos países estão a promover reformas concebidas para reconfigurar partes cruciais do sistema financeiro, a fim de alavancar e alinhar o capital público e privado para o desenvolvimento sustentável no contexto dos países.

A mudança da abordagem à escala nacional contrasta vivamente com o que acontecia há apenas 5 anos atrás, quando a maioria dos planos nacionais de desenvolvimento (PND) não apresentava estratégia de financiamento nem clareza sobre a escala e os tipos de investimentos que seriam necessários para os tornar realidade.⁶

Ao perspetivarmos a agenda da FfD para 2025 e anos seguintes, juntamente com a próxima ronda de revisões das CDN e dos Planos de Ação e Estratégias Nacionais de Biodiversidade e a implementação em curso do Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal, os INFF tornaram-se uma plataforma para catalisar a transformação no ecossistema financeiro à escala nacional.

Os países que consigam levar tais INFF até à plena maturidade têm o potencial para promover a transformação nos sistemas financeiros nacionais, tornando o investimento público e privado mais sustentável, inclusivo e impactante. Os INFF podem facultar estratégias claras conduzidas pelos países, com base nas quais esforços globais e regionais, como a Global Gateway da União Europeia, a Iniciativa “Uma Cintura, Uma Rota” da China e a Parceria para Infraestruturas e Investimentos Globais do G7, podem alinhar os seus investimentos à escala nacional. E podem contribuir para a aceleração da reforma na arquitetura financeira internacional.

Este relatório faz um balanço dos progressos alcançados com os INFF até à data e das perspetivas e prioridades para o futuro. No total e até à data, 13 governos de âmbito nacional e subnacional operacionalizaram estratégias de financiamento para os seus planos de desenvolvimento utilizando a abordagem por INFF. Estas estratégias de financiamento visam, por exemplo, “pôr o financiamento ao serviço do desenvolvimento” (República Democrática Popular do Laos), “suprir a lacuna de financiamento dos ODS” (província do Punjab no Paquistão), “aumentar o impacto do financiamento no desenvolvimento sustentável” (Mongólia) e objetivos conexos.

Cada estratégia de financiamento é conduzida pelo país, adaptada ao contexto, às prioridades e aos desafios locais e incorporada nas instituições nacionais e subnacionais.

Como tal, essas estratégias de financiamento promovem uma variedade de abordagens estratégicas. A estratégia de financiamento do Djibuti, por exemplo, enfatiza vivamente a alavancagem de financiamento público novo. Mais de metade das medidas da estratégia de financiamento da Nigéria centram-se no financiamento privado. Nas Maldivas, mais de 70% destinam-se a alinhar o financiamento com o desenvolvimento sustentável para um maior impacto. A estratégia de financiamento sensível à crise da Etiópia destaca o modo de alinhar o financiamento entre as prioridades humanitárias, do desenvolvimento e da paz.⁷ No entanto, todas aplicam uma abordagem mais holística, pública e privada, ao financiamento das prioridades nacionais, e todas consideram oportunidades para investimentos novos e impacto maior, bem como as capacidades e mudanças institucionais necessárias para as apoiar.

Mais de 50 países estão a implementar reformas nas suas políticas de financiamento público e privado, moldadas através do INFF, com a implementação catalisada pelo processo de diálogo e avaliação em muitos países, inclusive ainda durante o desenvolvimento de uma estratégia de financiamento.

Muitas dessas reformas estão a lançar as bases para uma transformação de longo prazo nos principais sistemas financeiros, reconfigurando o processo orçamental para alinhar a despesa com os ODS, incorporando o risco climático na governação dos mercados financeiros ou estabelecendo capacidade para implementar instrumentos financeiros alinhados com os ODS. Embora os impactos plenos dessas mudanças ainda demorem algum tempo a concretizar-se, os efeitos financeiros intermédios emergentes de algumas das reformas mais avançadas realçam a escala do potencial.

Nas finanças públicas, 32 países estão a promover mudanças para incorporar as prioridades do desenvolvimento sustentável na formulação, na gestão e na monitorização da despesa pública. No Bangladesh, por exemplo, as alterações climáticas são agora uma parte essencial da documentação orçamental, desde a circular inicial do pedido de orçamento até aos indicadores de desempenho fundamentais para os programas orçamentais e relatórios de despesas para o parlamento. O governo utilizou recentemente esse sistema para aceder a um empréstimo de 1,4 mil milhões de USD do Mecanismo de Resiliência e Sustentabilidade do Fundo Monetário Internacional. Na Colômbia, o governo estabeleceu um sistema de atribuição que permitiu que a despesa orçamental alinhada com os ODS crescesse 17% em 4 anos: um aumento de 10 mil milhões de USD.

Na frente fiscal, os países estão a privilegiar mudanças para aumentar a mobilização de receitas e alinhar a política fiscal com as prioridades do desenvolvimento sustentável. O Quirguistão, por exemplo, introduziu um novo código fiscal para reforçar a eficácia e o alinhamento com os ODS dos incentivos fiscais, num valor estimado de 5% do PIB.

No que respeita à dívida soberana, muitos países estão a inovar para emitir ou refinar dívida de maneiras que desbloqueiem sustentavelmente capital para investimento em desenvolvimento sustentável. O Benim, por exemplo, foi o primeiro país menos desenvolvido e a primeira entidade soberana africana a emitir uma obrigação de ODS, desbloqueando 500 milhões de EUR para investimento em sectores sociais, projetos

ambientais e outras áreas. A Indonésia mobilizou mais de 10 mil milhões de USD através de um leque de emissões diversificadas, incluindo mais recentemente uma obrigação azul soberana inaugural.

Partindo dessas mudanças, os INFF podem tornar-se uma plataforma para uma abordagem integrada ao financiamento público. Muitos governos já estão a aplicar essa abordagem para analisar em simultâneo as alterações climáticas e as questões sociais no âmbito da política fiscal, dos sistemas de dívida e das estruturas de despesas. A expansão desse processo para considerar as integrações, as sinergias e os compromissos mútuos e a aplicação de uma abordagem semelhante sob a ótica da igualdade de género, da natureza e de outras prioridades transversais serão um importante passo seguinte.

No financiamento privado, os países estão a enfatizar vivamente a criação de vínculos sólidos entre a sustentabilidade e as bases dos mercados financeiros. Em muitos contextos, estão a ser estabelecidas taxonomias a fim de providenciar um quadro comum para classificar o financiamento sustentável e facilitar o fluxo transfronteiriço de capital privado com vista a financiar prioridades climáticas, verdes e de desenvolvimento social. Os padrões de investimento sustentável e os quadros de divulgação e relato estão a aumentar a transparência e a responsabilização pelos impactos que as empresas têm na sustentabilidade. Na Tailândia, por exemplo, o desenvolvimento da taxonomia verde foi conduzido pelo Grupo de Trabalho sobre Financiamento Sustentável do país a fim de ajudar a mobilizar financiamento adicional para o desenvolvimento, em especial do sector privado. Além disso, a Comissão de Títulos e Câmbios da Tailândia introduziu recentemente orientação para relato baseado no impacto dos ODS, no âmbito dos requisitos de relato sobre sustentabilidade para empresas cotadas com uma capitalização de mercado combinada superior a 480 mil milhões de USD. Ao longo do tempo, e consoante seja criada capacidade, a intenção é que esse requisito de relato evolua de voluntário para obrigatório. Países como Cabo Verde também estão a inovar na implementação de novos instrumentos financeiros. A Bolsa de Valores de Cabo Verde lançou a Blu-X, a primeira plataforma financeira sustentável da economia azul do mundo, que mobilizou até à data mais de 35 milhões de EUR através de várias emissões.

Ao mesmo tempo, os países estão a promover o investimento em áreas específicas que são catalisadoras para o progresso dos ODS. Muitos países têm vindo a

desenvolver informações de mercado sobre áreas de oportunidades de investimento com elevado potencial de impacto nos ODS e a promover o investimento nesse sentido; na Nigéria, por exemplo, empresas ligadas a um canal de projetos de 175 milhões de USD estão a ser equipadas para mobilizar investimento.

O financiamento misto e as parcerias público-privadas estão a ser utilizados para aumentar o investimento em áreas fulcrais e expandir o impacto do capital privado, assegurando um acesso melhorado às populações mais remotas. No Senegal, por exemplo, garantias de crédito do Banco Africano de Desenvolvimento estão a facilitar 400 milhões de EUR para investimento verde e social, ao passo que o Banco de Desenvolvimento do Uganda criou um Mecanismo de Financiamento Climático que faculta financiamento acessível para agricultura, infraestruturas e indústria hipocarbónica climaticamente inteligentes.

No geral, a análise de uma seleção de reformas de 17 países destaca aproximadamente 16 mil milhões de

USD em alavancagem e melhoria do alinhamento com os ODS por meio de financiamento novo, bem como uma margem para alinhamento com os ODS de mais de 32 mil milhões de USD de financiamento.

Estas são apenas as primeiras de muitas reformas políticas que estão a ser concebidas em termos nacionais para alinhar ainda mais o sistema financeiro com o desenvolvimento sustentável.

A experiência com os INFF destaca a motivação, em muitos países, para considerar o financiamento como um facilitador para várias agendas de desenvolvimento de uma forma integrada. A estratégia de financiamento climático reativo ao género das Maldivas foi concebida para promover a transformação de uma economia baseada em combustíveis fósseis para uma onde o financiamento esteja alinhado com a agenda sustentável e incorpore a consideração do risco para a sustentabilidade. As Maldivas são um entre mais de 10 países que já estão a vincular o INFF ao PND e às CDN.

“Dados os seus ecossistemas frágeis, as Maldivas consideram todas as formas de financiamento do desenvolvimento essencialmente como financiamento climático”



Estratégia de Financiamento Climático Reativo ao Género das Maldivas

Embora a maioria dos INFF até à data sejam de âmbito nacional, um número crescente de administrações subnacionais está a demonstrar o valor da abordagem às escalas provincial e local. A província paquistanesa do Punjab, por exemplo, lançou recentemente a sua estratégia de financiamento, ao passo que o estado de Gombe, na Nigéria, e a Autoridade Hídrica de Tanga, na Tanzânia, emitiram recentemente as primeiras obrigações verdes subnacionais dos seus países.

Na base dessas transformações está o desenvolvimento de funções institucionais novas e robustecidas que podem sustentar o progresso no futuro. Os países estão a reforçar capacidades no sentido de gerir o financiamento para efeitos de desenvolvimento sustentável nos sectores público e privado, o que permitirá alavancagem e alinhamento continuados. Os diálogos

sobre financiamento em curso entre responsáveis políticos, sector privado e, sobretudo, representantes e defensores dos mais vulneráveis, são uma base crítica para a inovação e a responsabilização, assegurando que as mudanças no sistema financeiro melhorem a sustentabilidade e a inclusão.

A construção de um ecossistema de financiamento mais sustentável é um esforço de médio a longo prazo e a concretização do potencial dessa agenda será complexa. O processo avança a velocidades diferentes em cada contexto, dependendo do ciclo político e do calendário do sistema de planeamento nacional. As oportunidades, os desafios e os requisitos variam de acordo com fatores nacionais e internacionais. A materialização do potencial dos INFF também exigirá o apoio da comunidade internacional. O Fundo Conjunto para os

ODS desempenhou um papel importante ajudando muitos países a lançar as bases para os seus INFF.⁸ A expansão da assistência técnica e do desenvolvimento de capacidades para os INFF, em linha com o plano de ação dos ODS do G20,⁹ a implementação continuada do Quadro do G20 de apoio voluntário aos INFF¹⁰ e o alinhamento do apoio das instituições financeiras internacionais (IFI) e dos parceiros do desenvolvimento com as estratégias nacionais de financiamento serão cruciais. Os esforços das IFI e dos BMD para expandir a mobilização de investimento privado podem desempenhar um papel importante na promoção das principais prioridades nas estratégias de financiamento nacionais, e tais esforços, bem como as plataformas nacionais dos BMD, têm de estar enraizados nos processos dos INFF conduzidos pelos países.

O Mecanismo dos INFF pode desempenhar um papel importante na intermediação da assistência técnica de várias partes interessadas (tais como organizações multilaterais, parceiros bilaterais de desenvolvimento, peritos independentes, fornecedores Sul-Sul e sector privado), facilitando o intercâmbio de conhecimento entre países e proporcionando acesso a orientação técnica.

Apesar da complexidade, a experiência e os efeitos emergentes até à data mostram os tipos de transformações que podem ser promovidas por estratégias de financiamento orientadas para o impacto e conduzidas pelos países através da abordagem por

INFF e não só. O relatório destacou o a acumulação de vozes de várias partes interessadas de intervenientes (académicos, sector privado, sociedade civil, IFI e parceiros internacionais) que apelam a abordagens orientadas para o impacto e conduzidas pelos países para o financiamento e envolvimento direto com os INFF.

A experiência sublinha o valor das estratégias de financiamento holísticas, orientadas para o impacto e conduzidas pelos países. Consoante a dinâmica aumenta e os resultados emergem, os INFF podem ser vistos como um dos sucessos claros da AAAAA. Os progressos realizados até à data realçam o papel que os INFF podem desempenhar na promoção sistemática da mudança no ecossistema financeiro às escalas nacional e subnacional, no sentido de desbloquear e alinhar o financiamento para o desenvolvimento sustentável. O progresso à escala nacional também pode inspirar e catalisar reformas na arquitetura financeira internacional.

Perspetivando a FfD4, bem como os esforços para reforçar o financiamento do Acordo de Paris e do Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal, e no contexto de um mundo que enfrenta cada vez mais crises múltiplas e simultâneas, os INFF e as estratégias de financiamento conduzidas pelos países têm de ser parte integrante dos nossos esforços de reforma, para que tenhamos um sistema financeiro que funcione para as pessoas e para o planeta às escalas global e nacional.

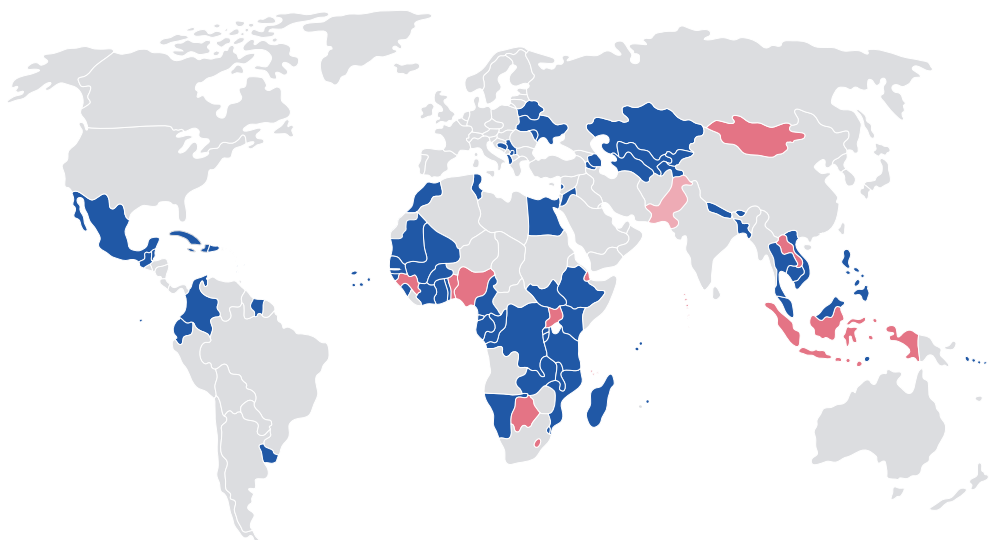
Recomendações para a FfD4

A experiência com INFF conduzidos pelos países aponta para várias recomendações importantes em relação à FfD4:

- 1. Trabalhar no sentido de um efeito que abranja a reforma interligada da arquitetura financeira internacional e os compromissos para promover os INFF e os quadros de financiamento locais integrados.*
- 2. Promover instituições públicas e privadas mais robustas à escala nacional, equipadas para mobilizar e alinhar o financiamento para o futuro*
- 3. Com base na AAAA, reconhecer os INFF e as estratégias de financiamento como ferramenta principal de planeamento financeiro no centro dos esforços nacionais sobre a FfD, orientando a política de financiamento público, privado, nacional e internacional para o desenvolvimento sustentável.*
- 4. Privilegiar sistemas de finanças públicas orientados para o desenvolvimento que incorporem os ODS e as prioridades sociais, climáticas e naturais nos sistemas e políticas de mobilização de receitas e despesas.*
- 5. Promover uma abordagem coerente aos efeitos do desenvolvimento sustentável, incluindo as alterações climáticas e a igualdade de género, nas políticas de despesas, de tributação e de dívida, utilizando os INFF como plataforma para uma abordagem integrada às finanças públicas.*
- 6. Enfatizar o papel fundamental da regulamentação financeira alinhada com os ODS a fim de mobilizar e alinhar o financiamento para o desenvolvimento sustentável.*
- 7. Incorporar o alinhamento com os ODS na conceção de oportunidades, canais, promoção e facilitação de investimentos.*
- 8. Reforçar o patrocínio e a colaboração com os investidores globais e a comunidade empresarial para incorporar o impacto dos ODS nas suas operações e privilegiar o investimento nas prioridades do desenvolvimento sustentável à escala nacional.*
- 9. Promover os INFF como plataforma para envolver um círculo mais vasto de intervenientes nas decisões políticas para um financiamento mais sustentável e inclusivo à escala nacional e para aumentar a transparência e a responsabilização.*
- 10. Solicitar o compromisso da comunidade internacional (IFI, organizações bilaterais e organizações internacionais) para alinhar a programação, a assistência técnica e o uso de instrumentos de financiamento com as prioridades articuladas através dos INFF conduzidos pelos países e para associar os mecanismos de coordenação e as plataformas nacionais às instituições nacionais que conduzem a implementação de INFF.*



Os países que consigam levar tais INFF até à plena maturidade têm o potencial para promover a transformação no ecossistema financeiro, tornando o financiamento benéfico para os povos e o planeta.



86

países utilizam a abordagem por INFF para criar um ecossistema financeiro sustentável ao nível nacional



13

governos de âmbito nacional e subnacional dispõem de uma estratégia de financiamento operacional



Mais de

50 países

estão a implementar reformas nas suas políticas de financiamento público e privado, moldadas através do INFF.

Estas reformas:



integram o desenvolvimento sustentável em orçamentos governamentais, mercados financeiros e operações do sector privado



catalisam o investimento alinhado com os ODS e implementam novos e inovadores instrumentos financeiros alinhados com os ODS



otimizam a governação/instituições e aprofundam a transparência, a responsabilização e a colaboração para um ecossistema financeiro mais inclusivo e sustentável

Os impactos emergentes iniciais em 17 países incluem:

16 mil milhões de USD

em alavancagem de novos financiamentos para o investimento em desenvolvimento sustentável



alinhamento e margem para alinhamento de mais de

32 mil milhões de USD

Notas finais

- 1 CQNUAC, “Sharm el-Sheikh Implementation Plan”, Decision -/CP.27, 23 de julho de 2023, art. 31.º. Disponível em https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cop27_auv_2_cover%20decision.pdf.
- 2 Conferência das partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, “Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework”, CBD/COP/DEC/15/4, 19 de dezembro de 2022, meta 19. Disponível em <https://www.cbd.int/doc/decisions/cop-15/cop-15-dec-04-en.pdf>.
- 3 Secretário-Geral das Nações Unidas, “United Nations Secretary-General’s SDG Stimulus to Deliver Agenda 2030” (Nova Iorque, 2022). Disponível em <https://www.un.org/sustainabledevelopment/wp-content/uploads/2023/02/SDG-Stimulus-to-Deliver-Agenda-2030.pdf>.
- 4 “Estratégias coesas de desenvolvimento sustentável sob domínio nacional, apoiadas por quadros de financiamento nacionais integrados, estarão no cerne dos nossos esforços.” Nações Unidas, “Addis Ababa Action Agenda of the Third International Conference on Financing for Development”, A/RES/69/313, 27 de julho de 2015, para. 9.º. Disponível em <https://sustainabledevelopment.un.org/frameworks/addisababaactionagenda>.
- 5 As sete áreas de ação são: recursos públicos internos; finanças e negócios privados nacionais e internacionais; cooperação internacional para o desenvolvimento; comércio internacional como motor do desenvolvimento; dívida e sustentabilidade da dívida; resolução de problemas sistêmicos; e ciência, tecnologia, inovação e capacitação.
- 6 Admos O. Chimhowu, David Hulme e Lauchlan Munro, “The ‘new’ national development planning and global development goals: Processes and partnerships”, *World Development*, vol. 120 (2019), pp. 76-89.
- 7 Em versão provisória no momento da redação.
- 8 Ver Fundo Conjunto para os ODS, “Finance for the Sustainable Development Goals” (sem data). Disponível em <https://jointsdgfund.org/sdg-financing> (consultado em 11 de abril de 2024). O Fundo Conjunto para os ODS apoiou 62 programas conjuntos de junho de 2020 a junho de 2023.
- 9 Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do G20, “2023 summit” (sem data). Disponível em <https://dwgg20.org/summits/2023/> (consultado em 11 de abril de 2024).
- 10 Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do G20, “Financing for Sustainable Development: G20 Framework for voluntary support to INFFs, G20 high-level principles on sustainability-related financial instruments and G20 common vision on SDG alignment” (2021). Disponível em <https://dwgg20.org/app/uploads/2021/10/DWG-outcome-document-on-Financing-for-Sustainable-Development.pdf>.



Tornar o financiamento benéfico para os povos e o planeta

Como estão os países a construir o seu
ecossistema financeiro sustentável
através de quadros de financiamento
nacional integrados

Resumo executivo